

Intervenções urbanas, participação e ações coletivas: a atuação da paróquia Nossa Senhora da Salette no Catumbi, RJ

SP.39: Etnografías de la/en la vida urbana: territorios, espacios públicos y vulnerabilidades sociales

Ponentes

Nombre **Pertenencia Institucional**

Debora Universidade Federal Fluminense

Creditos Adicionales

Nombre	Pertenencia institucional	Pais
Debora Pereira Faria	Universidade Federal Fluminense	Brasil

Intervenções urbanas, participação e ações coletivas: a atuação da paróquia Nossa Senhora da Salette no Catumbi, RJ

Debora Pereira Faria

E-mail: deborapfaria@outlook.com

Universidade Federal Fluminense

Brasil

O bairro do Catumbi, situado na região central da cidade do Rio de Janeiro, sofreu agressivas intervenções urbanas nas décadas de 1960, 1970 e início dos anos 1980. Tais intervenções são fruto de políticas públicas cujo objetivo era transformar o bairro de classe média baixa em um bairro voltado para classes mais altas.

A partir disto, surge o movimento organizado de moradores contra as intervenções e reivindicando o seu direito ao bairro. A mobilização é retomada anos depois pelo Movimento da Juventude Catumbi (2005 – 2009), um movimento formado por jovens que propunha melhorias para o bairro e sua população. Procuro, dentro desta temática, pensar os conflitos urbanos daí decorrentes e a ação coletiva a partir do cotidiano do movimento social e políticas públicas, temas a partir dos quais o trabalho se relaciona ao SP39.

O trabalho foi realizado através de trabalho de campo (observação direta), análise documental e entrevistas semi-estruturadas, e se apóia principalmente em três trabalhos sobre o Catumbi: *Quando a rua vira casa*; *Movimentos urbanos no Rio de Janeiro*; e *Catumbi, a rebelião de um povo traído*. Em se tratando de políticas públicas, estas ainda são retrógradas, voltadas para as regiões mais abastadas das cidades e para a população de classe mais alta. As cidades planejadas também se tornam um problema, visto que não consideram os usos não planejados e inevitáveis que se faz do espaço urbano. É preciso, portanto, não somente propor, mas reivindicar que sejam colocados em prática novos modos de pensar e de planejar o meio urbano. No caso do Catumbi, isto foi feito através dos movimentos coletivos, que ganharam espaço impedindo a demolição do bairro e criando um espaço

democrático em que os moradores conquistaram voz nas esferas de decisão política.

O movimento reivindicativo do Catumbi obteve importantes conquistas de interferência nas esferas de decisão política como, impedir a demolição do bairro (através do decreto n. 2.534, de 4 de março de 1980) e mudar o traçado de um viaduto construído como parte das obras de intervenção. Com o tempo, os moradores também conseguiram com que os novos apartamentos construídos fossem voltados para os moradores que ficaram sem moradia por conta das demolições. Chamo ainda a atenção para a importância da publicização do movimento no processo de sua constituição enquanto um problema público e para as suas conquistas, pois de acordo com Daniel Cefai, “publicizar é comprometer o poder público” (2017). A publicização se deu através da participação dos moradores em programas de rádio e TV, publicações de livros sobre o tema, criação do jornal *O Catumbi*, filme *Catumbi, história de um bairro*, filme *Quando a rua vira casa* e, mais recentemente, divulgação do Movimento da Juventude Catumbi em mídias digitais.

Palavras-chave: Catumbi, movimento reivindicatório, intervenções urbanas, mobilização.

Introdução

Realizei meu trabalho de mestrado, intitulado *Entre a Apoteose e a Linha Lilás: a atuação da paróquia Nossa Senhora da Salette no bairro do Catumbi, RJ*, de 2019 a 2021. O trabalho consistiu em um estudo de bairro sobre a atuação da paróquia local na vida social e política do Catumbi, que durante as décadas de 1940 a 1980 sofreu com obras agressivas e intervenções urbanas realizadas pelo poder público.

A partir destas intervenções surge, nos anos 1960, um movimento organizado de resistência contra as desapropriações e demolições incluídas em uma proposta da prefeitura de reurbanização do bairro. O movimento

reivindicatório durou quinze anos consecutivos, tendo fim somente no ano 1980. Anos depois, em 2005, surge o Movimento da Juventude Catumbi (MJC), que tem como objetivo resgatar a memória do primeiro movimento reivindicatório e buscar trazer melhorias para o bairro. O MJC durou de 2005 a 2009 e pode-se considerar que apesar de não ter todas as suas reivindicações atendidas o movimento teve sucesso em mobilizar a população, principalmente os jovens, e em conquistar espaço na mídia e nas esferas de decisão política. O trabalho foi realizado com base em bibliografia sobre o bairro, observação direta em trabalho de campo, análise documental e entrevistas semi-estruturadas.

Volto agora a falar brevemente sobre as intervenções urbanas citadas para das ao leitor um panorama geral sobre a situação do bairro naquele período. Na década de 1940 teve início a obra para construção do túnel Santa Bárbara, em 1947. A obra ficou abandonada durante quase 14 anos e somente foi retomada em 1960, sendo concluída em 1961, ano de inauguração do túnel. Após o início das obras para a construção do túnel revê início as obras para canalização do rio Papa-couves, com o objetivo de dar um fim às enchentes que assolavam o bairro em períodos de chuvas fortes.

Abaixo, foto que retrata o quanto essa obra foi agressiva. Trata-se do lado A da rua Marquês de Sapucaí, demolida posteriormente, nos anos 1980, para a construção do sambódromo do Rio de Janeiro, onde há a Praça da Apoteose ao fundo. As obras do túnel foram também bastante agressivas, primeiro devido ao tempo que demorou para ser concluída e segundo por conta dos inúmeros desabamentos que ocorreram causando a morte de diversos trabalhadores.[1]Infelizmente as obras de canalização, assim como as obras do túnel, também sofreu com paralisações, como mostra a notícia a seguir:

“As obras de canalização do rio Papa-couves continuam praticamente paralisadas, trazendo para os moradores da rua Marquês de Sapucaí, como reiteradas vezes temos denunciado, uma série de transtornos, como nuvens compactas de mosquitos e mau cheiro, originários das valas ali abertas e cheias de águas pútridas há longo tempo. O problema das enchentes naquela rua ante a demora da conclusão das obras também se agravou prejudicando todo o bairro de Catumbi.” (*O Globo*, edição de 16 de fevereiro de 1960, Matutina, Geral, pg. 11)

Contudo, ao ser finalizada, a obra foi bem sucedida, como mostra outra matéria:

“O fato é de ontem, às 13:25h, e mostra que o novo Catumbi passou no teste. As chuvas, que desde de sábado caem sobre a cidade, apenas molharam as ruas do bairro. Não houve mais enchentes, as águas não invadiram mais as casas e lojas no Largo do Catumbi [...]” (*O Globo*, edição de 24 de outubro de 1963, Matutina, Geral, pg. 1)

Pouco tempo após a conclusão do túnel, no final de 1965, chega aos moradores a notícia de que há um projeto da prefeitura que visa demolir o bairro, de classe média baixa, para construir no local um bairro voltado para classes mais altas. Ficariam de pé apenas alguns marcos, como a igreja Nossa Senhora da Salette e a antiga fábrica da Brahma, demolida nos anos 2010 para a construção de arquibancadas em um dos lados da Marquês de Sapucaí.

Já em dezembro de 1966 é marcada a primeira assembleia de moradores para o mês de janeiro de 1965. As assembleias passam então a ocorrer uma vez por semana, todas as quintas-feiras ao longo de quinze anos. Este é, portanto, o tema do presente trabalho: as intervenções urbanas do poder público, a participação da população nas mobilizações e ações coletivas daí decorrentes e a atuação da paróquia na vida do bairro neste contexto ao longo dos anos.

Primeiras intervenções

As primeiras intervenções, como mencionado, foram as obras do túnel Santa Bárbara e a canalização do rio Papa-couves. A estas obras não houve resistência por parte dos moradores, pois elas foram apresentadas como mudanças que trariam benefícios à população.

A obra do túnel foi apresentada como algo que integraria ainda mais o Catumbi a outras regiões da cidade facilitando o acesso à zona sul da cidade. Entretanto, em um segundo momento, quando tomam conhecimento dos planos da prefeitura sobre a proposta de reurbanização do bairro, em 1965, os moradores percebem que o objetivo final é beneficiar os moradores de bairros mais abastados (zona sul).

Os documentos elaborados pelos moradores e algumas matérias de jornal mostram que os moradores eram a favor da construção do túnel porque queriam fazer parte do “progresso” anunciado que estava sendo levado para o local. Durante algum tempo eles se sentiram incluídos nessa proposta de “progresso”, mas a situação mudou ao longo do tempo.

Um ponto interessante sobre a canalização do rio Papa-couves está relacionado à análise de material hemerográfico. Realizei a análise a partir do material disponível no acervo digital do jornal *O Globo*, em que as edições antigas estão organizadas em décadas – começando pela década de 1920 – e as décadas estão organizadas em anos. Assim, pensei em analisar o material desde a primeira década até os dias atuais procurando por temas que estivessem presentes nas notícias sobre o Catumbi desde a década de 1920 ou por temas que fossem predominantes em relação ao bairro. Ao finalizar a pesquisa percebi que o tema “enchentes” era um tema presente desde os anos 1920 até os dias atuais.

Deste modo, a canalização do Papa-couves reduziu de maneira muito significativa as enchentes e os danos causados por ela, mas o problema ainda existe em alguma medida. Além do alagamento das ruas, um grande problema causado pelos temporais eram os desabamentos que ocorriam tanto no Catumbi como no bairro vizinho de Santa Teresa.

Contudo, apesar de ainda existirem pontos de alagamento em períodos de chuvas fortes, o problema das grandes enchentes foi resolvido com as obras de canalização. Não houve resistência por parte dos moradores, que, pelo contrário, eram favoráveis às obras. Entretanto, há um ponto importante a destacar. No Catumbi, existe a Irmandade da Devoção Particular do Divino Espírito Santo de Catumbi, fundada em 1937. Trata-se de um grupo de tradição portuguesa voltado, como o nome diz, à devoção do Divino Espírito Santo. Por isso, havia, na Rua Valença, a capela do Divino Espírito Santo que teve de ser demolida para as obras de canalização do rio. Por este motivo, poucos anos depois foi construído um Império[2], com uma capela no andar térreo na rua Padre Miguelino.

As obras de reurbanização

Como já mencionado, os moradores souberam do projeto de reurbanização da prefeitura para o bairro em dezembro de 1965. No mesmo mês se organizaram para iniciar sua mobilização no mês seguinte, janeiro de 1966. Em janeiro acontece a primeira assembléia no salão paroquial da igreja Nossa Senhora da Salette – à qual a população local comparece em massa – na qual se decide coletivamente quais serão as primeiras formas de mobilização do movimento que ali se organiza. Os moradores então decidem que sua primeira manifestação será através de faixas e cartazes confeccionados por eles e espalhados por todo o bairro nas ruas e nas casas.

O movimento organizado ganha neste momento grande repercussão e espaço na mídia impressa, de rádio e de televisão. São convidados a dar entrevistas e a participar de diversos programas em que têm a possibilidade de debater a situação do bairro. Por isso, decidem em assembléia eleger uma comissão de moradores que representaria o bairro na mídia. Com o grande espaço que conquistam conseguem também a possibilidade de dialogar diretamente com representantes do poder público para expor seu posicionamento sobre a situação e fazer cobranças sobre suas demandas e reivindicações.

Para entender as demandas do movimento reivindicatório é preciso entender o projeto de reurbanização da prefeitura. Este projeto propunha a demolição quase total do bairro do Catumbi – exceto alguns marcos como a igreja da Salette –, de classe média baixa, para construir no local um bairro de classe mais alta. O bairro do Catumbi era composto praticamente apenas por casas e sobrados, construções baixas e farto comércio de proximidade (oficinas mecânicas, farmácia, padaria, armazém) (MELLO, VOGEL, MOLLICA; 2017 [1981]), onde se realizava a dimensão ritual do andar a pé para atualizar os acontecimentos cotidianos no encontro com conhecidos e realizar os afazeres do dia-a-dia (MELLO, VOGEL, MOLLICA, 2017 [1981]).

Tal característica foi justamente o que permitiu a mobilização e participação dos moradores. Primeiro um pequeno grupo de cinco pessoas – entre eles, padre Mário Prigol – soube do projeto e decidiu, através desse contato cotidiano, se reunir na casa de um deles. Nessa pequena reunião ficou decidido que se realizaria uma reunião no salão paroquial da igreja – certamente cedido através de padre Mário – para a qual os moradores foram convocados de porta em porta. Assim ocorreu a primeira assembléia de moradores em janeiro de 1966.

No lugar do Catumbi o projeto previa a construção de prédios altos cujos apartamentos seriam voltados para pessoas de classes mais abastadas, de fora do bairro. Seria um bairro em que a comunidade estaria mais

dentro de casa e não presente nas ruas cotidianamente. Não haveria o mesmo comércio de proximidade, tornando-se um bairro mais “frio”, e as relações de vizinhança que possibilitaram o surgimento e crescimento do movimento organizado não existiria mais.

Mesmo com a mobilização ocorrendo desde quando os moradores souberam do projeto, as desapropriações e as demolições, assim como as obras, tiveram início e a mobilização do movimento de moradores ao mesmo tempo dava continuidade à sua mobilização. Assim, o movimento que inicialmente reivindicava a não desapropriação e demolição e a permanência dos então moradores no bairro passou, com o tempo, a reivindicar a paralisação das desapropriações e demolições, a preservação do local e o direito dos moradores aos novos apartamentos para que o mesmo não fosse voltado a pessoas de fora, como era previsto:

“Uma comissão de moradores do Catumbi esteve ontem no Palácio Guanabara, a fim de lembrar ao governador Negrão de Lima a promessa de que cederia um terreno naquele bairro, para a construção de um prédio de apartamentos, destinados aos moradores que tiveram suas casas desapropriadas.” (*O Globo*, edição de 29 de setembro de 1970, Matutina, Geral, pg. 20)

Houve outras manifestações, como uma caminhada até o palácio Guanabara[3], sede do governo estadual, no bairro vizinho das Laranjeiras; uma caminhada até a ALERJ, em outro

local da região central; a elaboração de um folheto que era entregue no trânsito aos motoristas que passavam de carro pelo bairro para que a população de outras regiões do município se inteirassem do problema que ali acontecia; em 1970, é criado o jornal *O Catumbi* para informar principalmente a população local sobre o andamento das mobilizações e as conquistas que iam acontecendo; no mesmo ano foi fundada a Associação de Assistência e Orientação dos Moradores do Catumbi, inicialmente com sede no salão paroquial; em 1972, com o auxílio do jovens que também se envolviam no movimento fica pronto o filme *Catumbi, história de um bairro* (NUNES; 1978).

As obras que deveriam atingir todo o bairro, deste modo atingiu “apenas” um terço do mesmo, pois os moradores conseguiram em 1980 paralisar definitivamente[4] as demolições e manter dois terços do Catumbi de pé. A parte demolida é a região que tinha contigüidade com o bairro de Santa Teresa, na saída do túnel Santa Bárbara. Ali foi construído o viaduto da Linha Lilás, obra que faz parte do Plano Doxiadis.

O Plano de responsabilidade do arquiteto grego Constantino Doxiadis – por isso o projeto leva esse nome – previa a construção de cinco linhas expressas para articular melhor o município do Rio de Janeiro. Foram totalmente concluídas somente a Linha Lilás, a Linha Amarela e a Linha Vermelha. Foram construídos alguns trechos da Linha Verde e a construção da Linha Marrom não chegou a ser iniciada.

Assim, os moradores conseguiram modificar também o traçado do viaduto da Linha Lilás (viaduto Trinta e Um de Março), que passaria por cima da igreja da Salette, mas, com sua nova localização, divide o bairro em dois e perde a contigüidade com Santa Teresa.

Por fim, alcançaram a paralisação definitiva das demolições, por meio de sua interferência e participação nas instâncias políticas, através do decreto n. 2.534, de 4 de março de 1980 e outra importante conquista foi a inclusão do Catumbi na ZE8 (Zona Especial do Corredor Cultural), que contempla diversas regiões do centro do Rio de Janeiro. Os locais incluídos no ZE8, segundo lei, devem ter suas paisagens preservadas. Por isso, tornou-se proibido construir prédios muito altos em determinada área do bairro, que permanece tendo predominantemente construções baixas.

Movimento da Juventude Catumbi

O Movimento da Juventude Catumbi (MJC) atuou de 2005 a 2009, com o objetivo de resgatar para a nova geração a memória do movimento reivindicatório. Conhecendo o que já havia sido feito, o MJC procurou mobilizar a população local, mas principalmente os jovens, em torno de causas que foram identificadas por eles como questões importantes para os moradores. Havia jovens tanto do “asfalto” como jovens do morro da Mineira, situado no bairro.

Naquele período as mídias sociais ainda eram incipientes, mas a mobilização também se dava através delas, além da utilização de um canal de comunicação por telefone e da panfletagem de porta em porta. Segundo Alberto Vieira em entrevista, um dos fundadores do Movimento da Juventude, “e o panfleto não era chamando pra evento não, era para o cara parar pra pensar ‘Que bairro é esse que você tem?’ ‘Que bairro é esse que você quer?’ ‘Você tem uma relação com o seu bairro do tamanho daquilo que você gostaria que fosse?’ “.O movimento recebeu muitos contatos por telefone, sobretudo de pessoas mais velhas, com sugestões de causas e de atividades que seriam interessantes para a mobilização.

O MJC investiu também na formação política dos jovens:

“Então a gente ainda tentou buscar uma formação política. Nós fizemos reuniões abertas como formação política, uma formação social crítica. Claro, deixando muito claro isso, social crítica. Aqui é social crítica, aqui está delimitado. Nem todo mundo é marxista aqui, mas tem marxista mesmo e quem não é marxista vai ler Marx, vai trabalhar com alguns textos importantes. Vai ler Milton Santos, vai ler Teotônio dos Santos. Não vai ler só Catumbi aqui. A gente tem que municiar as estratégias de luta de um bairro.” (Alberto em entrevista realizada em 2020)

Alberto fala também sobre o investimento que fizeram em trabalhar a memória:

“A gente trabalhou muito memória Debora, memória é fundamental. [Havia] uma galera que tinha perdido a memória em relação ao bairro, tinha ressignificado a memória de forma nociva e muita gente que não tinha memória alguma, não sabia nem da história e não tinha vínculo com ela. A gente conseguiu reconstruir, foi um trabalho para mim maravilhoso.”

Ainda:

“[E o que a gente conseguiu fazer foi] resgatar a memória, resgatar a história, construir uma memória, resgatar também as memórias perdidas, aquelas velhas cartografias desses bairros atingidos pelas renovações urbanas e exigir, lutar por uma recuperação urbanística, uma melhora direta, objetiva da vida urbana desses bairros.”

Entre as atividades realizadas pelo MJC estavam também propostas de renovação urbana bem fundamentadas e elaboradas pelos jovens. Alberto prefere utilizar a expressão “renovação urbana” e não “revitalização”, como é comum encontrarmos em propostas de políticas públicas. “Revitalização”, no sentido de trazer vida ao lugar não seria o termo mais apropriado, pois no Catumbi há vida. O que se torna necessário, portanto, é trazer a renovação daquele espaço urbano através, por exemplo, da restauração do casario antigo e dando um novo uso a espaços como a garagem da Comlurb, que o governo transferiu de Laranjeiras para o Catumbi, e que hoje em dia, situado na saída do Sambódromo, funciona como depósito de material de desfile de carnaval.

O MJC teve apoio do padre Mario Prigol desde o início e foi fundado oficialmente fundado em um evento no salão paroquial da igreja no dia 24 de setembro de 2005, com ampla participação da população.

Padre Mário Prigol e o Movimento de Trabalhadores Cristãos

Agora pretendo falar um pouco sobre o Movimento de Trabalhadores Cristão (MTC, antiga ACO – Ação Católica Operária) e a atuação de padre Mário como morador do bairro e como militante do movimento.

O MTC é um movimento presente em diversos países, reconhecido pela CNBB e pelo Vaticano, e se considera um movimento *de* igreja e não *da* igreja, porque tem autonomia em relação à instituição. O movimento se organiza do seguinte modo: em cada país há equipes regionais, que são as equipes de base, formadas por grupos de no máximo 15 pessoas. Por este motivo, e também por causa do modo de formação dos militantes, não é considerado um movimento de massa mas um movimento de formação político-ideológico. A formação se dá

nas reuniões quinzenais da equipe de base através da metodologia do “ver, julgar e agir” e depois o militante atua individualmente em uma causa que considera importante em sua própria comunidade. Resumidamente, o “ver” é saber identificar os problemas que afetam o trabalhador, o “julgar” é saber identificar caminhos para lidar com o problema ou resolvê-lo e o “agir” é a atuação do militante. O MMTC – Movimento Mundial dos Trabalhadores Cristãos – existe a partir dos movimentos nacionais (ou equipes nacionais) filiados a ele e seus cargos são ocupados pelos militantes das equipes nacionais eleitos em assembléia.

Padre Mário era militante do MTC e foi fundador da equipe regional do Rio de Janeiro, em 1962, com sede no Catumbi. Ele faleceu em 2018 e hoje a equipe regional RJ se chama Equipe Padre Mário Prigol em homenagem a ele. Pelo fato de o MTC não ser um movimento de massa não há no Catumbi uma ação realizada pela entidade, mas a sua influência através da atuação de seus militantes, ponto que desenvolverei a partir daqui falando em particular da atuação de padre Mário.

Padre Mário chegou ao Catumbi no ano de 1961 e quatro anos depois é divulgado o projeto de reurbanização. Ele fez parte do primeiro grupo de cinco pessoas que se reuniu para convocar os demais moradores a se mobilizar na primeira assembleia em 1966. Esta primeira assembleia ocorreu no salão paroquial cedido certamente por conta do envolvimento de padre Mário. Ao mesmo tempo, foram divulgados projetos de remoção dos moradores do morro da Mineira, no Catumbi, e do morro do São Carlos no bairro vizinho do Estácio. Mário Prigol esteve de início ao fim ao lado dos moradores dos morros, que conseguiram evitar as remoções. Em seu arquivo pessoal havia relatórios originais das assembléias da FAFEG (Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara)[5], o que mostra seu engajamento na causa.

Ele esteve no movimento reivindicatório lada a lado com os moradores e esteve ao lado da população dos morros tanto como morador quanto como militante e como clérigo, e mais tarde uniu-se às novas gerações, junto ao MJC em sua dedicação ao Catumbi. A paróquia, que antes contava apenas com a igreja de Nossa Senhora da Salette e a capela do Cemitério São Francisco de Paula, hoje conta ainda com a capela do Divino Espírito Santo e com mais cinco capelas construídas nos morros do entorno do bairro: a capela Cristo Trabalhador e Santo Estêvão, no morro da Coroa; a capela do Cristo Trabalhador e de Nossa Senhora das Graças, no morro da Mineira; a capela São José Operário e a capela Nossa Senhora de Nazaré no morro do São Carlos. As quatro primeiras capelas foram construídas com esforço de padre Mário ao longo dos anos 1980 e 1990. A última citada

– e primeira a ser construída – foi construída por iniciativa do sacerdote belga Carlos de Beco, pois já existia no local um trabalho iniciado pelas irmãs Charles de Foucauld.

Dois fatos importantes são a prisão de padre Mário durante o regime militar e o tombamento da igreja pelo poder municipal. Padre Mário foi preso por conta de sua atuação no movimento reivindicatório e no movimento de favelados. O tombamento é parte do Circuito da Liberdade, que homenageia “pessoas e lugares importantes na luta pela democracia” (*O Globo*, Matutina, pg. 18, 31 de março de 2014). São dois os motivos da homenagem: é o local onde ocorriam as assembleias do movimento reivindicatório e é o local onde padre Mário abrigava presos políticos na parte térrea durante o regime militar por causa da Lei de Catedral ou Lei do Santuário, que impede que se decrete prisão a pessoas dentro de templos religiosos. Por toda a sua atuação e participação na vida do bairro, padre Mário Prigol é figura fundamental quando se fala na atuação da paróquia Nossa Senhora da Salette no Catumbi.

Publicização

Importante acontecimento ocorrido no salão paroquial e ainda não mencionado é o lançamento dos livros de Guida Nunes, ao qual a população compareceu em peso. Trata-se de um livro sobre o movimento do Catumbi (*Catumbi, a rebelião de um povo traído: um caso de especulação imobiliária*) e um livro sobre o movimento de favelados contra as remoções (*Favela, resistência pelo direito de viver*). Também o filme *Catumbi, história de um bairro* foi exibido pela primeira vez no salão paroquial para a população em 1972.

Para Daniel Cefaï “publicizar é comprometer os poderes públicos” (2017). O autor destaca a importância da publicização de um problema público no seu processo de constituição enquanto um problema público. Por isso, aqui, chamo a atenção para os meios através dos quais o problema do Catumbi foi publicizado a começar pelos livros de Guida Nunes e pelo filme feito por membros do movimento. Entretanto o autor diz ainda ser necessário que a dinâmica de publicização ultrapasse o círculo das pessoas imediatamente envolvidas e então se referir a um número maior de pessoas para que haja tal comprometimento.

O momento em que isso aconteceu foi a primeira grande manifestação com faixas e cartazes com cobertura da mídia impressa e de rádio e TV. Neste momento o problema do Catumbi passa a ser de conhecimento de toda a cidade e a população local consegue comprometer o poder público e ter suas demandas atendidas. Isso possibilitou, por exemplo a participação do movimento em programas no rádio e na TV e a realização de reuniões com o poder público.

Mais um modo de publicização é a criação do jornal *O Catumbi*, o folheto distribuído do trânsito e livros descritos por profissionais de diferentes áreas com os quais o movimento possibilitou que os moradores tivessem contato – livro *Quando aruá vira casa*, de Marco Antônio da Silva Mello, Arno Vogel e Orlando Mollica e livro *Movimentos urbanos no Rio de Janeiro*, de Carlos Nelson Ferreira dos Santos. A cineasta e jornalista Tetê Moraes produziu o filme *Quando a rua vira casa*, de mesmo nome do livro e Sérgio Péo produziu o filme *Contradições urbanas*, baseado no mesmo livro.

Considerações Finais

Pelo que foi desenvolvido até aqui, somado a informações que apresento mais adiante, é possível afirmar que a paróquia da Salette funciona como um núcleo de reunião e articulação da comunidade do Catumbi desde o começo do movimento reivindicatório até períodos mais recentes, com o Movimento da Juventude Catumbi, que utilizou os espaços das salas da igreja e do salão paroquial para realizar suas atividades. A paróquia cumpre, assim, uma função que outras entidades presentes no bairro não conseguem cumprir e tem um alcance que talvez elas não consigam ter.

A associação de moradores, importante conquista do movimento reivindicatório, nas últimas duas décadas foi tomada pelo tráfico e depois pela milícia e perdeu seus mais importantes associados, pessoas que estavam ligadas a ela desde o seu nascimento. O MTC não tem tanta integração ao bairro talvez pelo fato de não ser um movimento de massa, com a equipe regional formada por um grupo pequeno. Na Irmandade do Divino Espírito Santo a maioria das pessoas é de gerações mais antigas e os familiares mais jovens participam, por

exemplo, da organização dos eventos, mas não parece haver muito interesse dos mesmos em estar à frente da Irmandade e dar continuidade a esta tradição.

No Catumbi há também o Centro de Mediação Comunitária Desembargador César Salomão onde estão em curso procedimentos de resolução de conflitos relativos ao bairro do Catumbi e ao bairro do Estácio, mas é um lugar onde as pessoas buscam por serviços e não em torno da qual a comunidade se reúne ou se mobiliza.

Outro ponto importante é a diferença de status entre a igreja católica e as igrejas evangélicas no Catumbi, o que pode ser visto a partir do caso da Chácara do Chichorro, localizada no bairro. A Chácara é a antiga residência do Barão do Chichorro, Antônio Pinto Chichorro da Gama, onde há algumas construções recentes, além da casa grande. Há 16 anos, César Maia, antigo prefeito da cidade do Rio de Janeiro, apresentou um projeto de desapropriação da Chácara com o objetivo de transformar o espaço em um centro cultural do samba. Por este motivo as 23 famílias que moram no local iniciaram um processo coletivo de usucapião no qual, até 2021, 17 delas já haviam tido ganho de causa.

De acordo com Mônica – moradora local, com quem tive contato – este processo os moradores da Chácara receberam o apoio de várias instituições como a igreja católica através da pessoa de Dom Orani Tempesta. Há ainda, no pátio da propriedade, uma placa da ATHIS/CAU-RJ (Assistência Técnica de Habitação de Interesse Social) que indica associação à entidade católica Pastoral de Favelas Cáritas. Mônica é evangélica e em momento algum desviou do assunto ao falar do apoio recebido pela igreja católica. Ao contrário, fala do apoio recebido ressaltando o prestígio das entidades católica, maior do que poderia ser o das igrejas evangélicas, presentes em todo o bairro. Isto é provavelmente o que justifica o fato de os moradores terem buscado o seu apoio para sua causa e não o apoio das igrejas evangélicas, que não teria o mesmo peso do que o das entidades católicas.

Ressalto mais uma vez o papel central que a igreja matriz (igreja da Salette) teve durante o movimento reivindicatório através da atuação de padre Mário e sendo um importante espaço onde aconteceu o movimento, tornando-se um referencial e tendo seu padre, Mário Prigol, se tornado também um referencial e uma liderança local. Não se deve esquecer que a igreja matriz é um importante referencial geográfico, que resistiu às demolições. A maioria dos estabelecimentos comerciais da região central do bairro tinha o nome “Salette” em seu nome. A vidraçaria ainda hoje se chama Vidraçaria Salette e a padaria tem um nome diferente no letreiro,

mas se vê na no fiscal que seu nome oficial é padaria La Salette. Os moradores do edifício Van Erven – nome da rua em que se localiza – fizeram uma votação entre eles para escolher o nome do edifício e um dos nomes sugeridos para votação era edifício La Salette. Considero, portanto, incontestável a importância da paróquia para a vida comunitária no Catumbi, visto que o “novo bairro” que se pretendia construir no lugar do Catumbi não permitiria a existência de uma igreja como esta, uma entidade comunitária que atua enquanto ponto de articulação da vida social e política da região.

Notas de la ponencia:

[1] Por este motivo foi construída em espaço acima do túnel uma capela com uma obra de arte em homenagem aos trabalhadores mortos. A obra de arte é um painel, feito pela artista plástica Djanira, uma jovem então moradora do Catumbi e estudante da Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Hoje a capela fica fechada e foi desativada por falta de visitas. O painel, depois de uma disputa entre os moradores do Catumbi e do bairro das Laranjeiras, no outro lado do túnel, para saber em que bairro a obra ficaria, se encontra no Museu de Belas Artes, situado também na região central.

[2] Império é o nome dado ao local onde se reúnem os membros da Irmandade do Divino Espírito Santo. Trata-se de uma edificação apenas com o andar térreo, mas no Catumbi, penso que por conta da demolição da antiga capela, os membros da Irmandade optaram por construir um império com um salão no primeiro andar e uma capela no andar térreo.

[3] O palácio da Guanabara é a residência oficial do governador do estado do Rio de Janeiro – na época, ainda estado da Guanabara. Mesmo a obra sendo um projeto proposto pela prefeitura e de responsabilidade da mesma, a mobilização alcançou outras esferas do poder público, às quais o movimento recorreu, como o governo estadual e o governo federal (os moradores escreveram duas cartas direcionadas ao presidente da república – uma que não foi entregue e uma que foi entregue – solicitando sua interferência na defesa de seu direito de permanência.

[4] Ao longo dos quinze anos de duração do movimento, os moradores conseguiram algumas vezes, em diálogo com o poder público, paralisar as demolições, mas as obras sempre eram retomadas pelo governo seguinte. O livro de Guida Nunes, *Catumbi, a rebelião de um povo traído: um caso de especulação imobiliária* é muito interessante porque mostra o passo-a-passo do movimento passando por todas as mudanças de governo durante o período em questão (1965 a 1980).

[5] Hoje FAFERJ – Federação de Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro.

Bibliografía de la ponencia

CEFAÏ, Daniel. 2017. Públicos, problemas públicos, arenas públicas... *Revista Novos Estudos*. (vol. 31): 187-213.

CHAPARRO, Manoel Carlos da Conceição. 1987. *História da ACO: fidelidade e compromisso na classe operária*. Rio de Janeiro: Comissão Nacional de Publicação da ACO.

FARIA, Debora Pereira. 2021. “Entre a Apoteose e a Linha Lilás: a atuação da paróquia Nossa Senhora da Salette no Catumbi, RJ”. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em Antropologia. Universidade Federal Fluminense. Niterói.

HERVY, Padre Bernardo. 1985. *Revisão de vida: conhecer para transformar*. Rio de Janeiro: Comissão Nacional de Publicação da ACO.

MELLO, Marco Antonio da Silva; VOGEL, Arno; MOLLICA, Orlando. 2017 [1981]. *Quando a rua vira casa: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro*. Niterói: EdUFF.

NUNES, Guida. 1978. *Catumbi, a rebelião de um povo traído: um caso de especulação imobiliária*. Petrópolis: Editora Vozes.

PRIGOL, Padre Mario. 2003. *Mario Prigol: educador da fé entre trabalhadores e militantes populares*. Rio de Janeiro: Comissão Nacional de Publicação.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. 1981. *Movimentos urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Imágenes Adjuntas







